

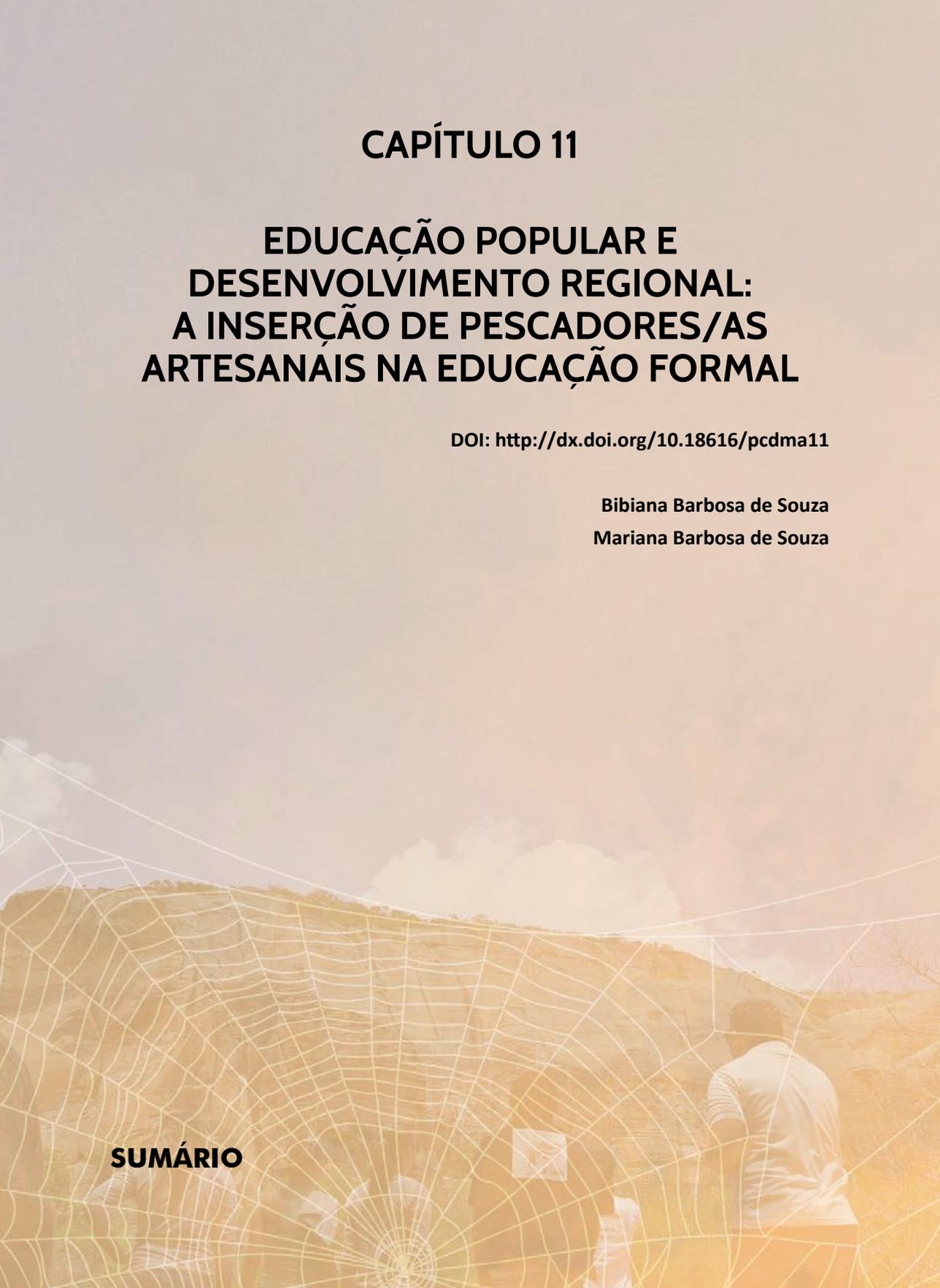
CAPÍTULO 11

EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A INSERÇÃO DE PESCADORES/AS ARTESANAIS NA EDUCAÇÃO FORMAL

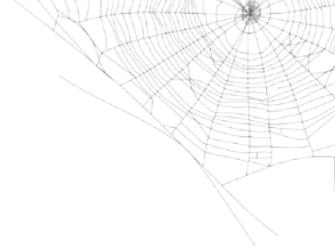
DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma11>

Bibiana Barbosa de Souza

Mariana Barbosa de Souza



SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

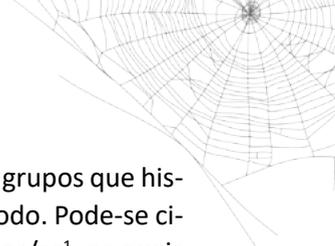
As regiões têm peculiaridades, principalmente no que diz respeito a elementos culturais, econômicos, sociais, entre outros. No que tange a esta realidade, importa destacar que, quando estas peculiaridades estão aquém do ideal que se pretende atingir, são traçados objetivos para que se concretize o desejado.

Uma alternativa para se compreender o futuro é analisar o presente, realizar diagnósticos da situação, identificar problemas e, desta forma, planejar-se a transformação. O desenvolvimento social, cada teoria, fez com que respostas diferentes surgissem dos desejos das distintas sociedades latino-americanas. Esta realidade não é diferente do que aconteceu na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS), na qual reproduziram-se diversas experiências socioeconômicas com o decorrer dos anos.

Diante desta perspectiva, o presente estudo pretende fazer um resgate histórico, compreender a formação deste território, bem como os reflexos que essa formação ocasionou, a fim de poder-se investigar a inserção dos/as pescadores/as artesanais do Litoral Norte gaúcho na educação formal.

Trabalhando com conceitos como o de território pretende-se analisar como o espaço geográfico do Litoral Norte gaúcho foi apropriado e, posteriormente, qualificado e transformado em território usado. Raffestin (1993) assevera que o espaço é prévio ao território e, diante disto, o território apresenta-se como algo que é vivido, que sofre transformações pela própria sociedade, a qual o define com a sua existência, mas que também é elaborado pelas disputas de poder, pelas relações de poder, as quais o moldam conforme seus interesses. Para Santos (1996) o território não pode ser entendido como um conjunto de sistemas naturais e coisas sobrepostas, porquanto o território vai além disso, ele é usado e transformado pelas pessoas que nele habitam.

Nesse sentido, objetiva-se analisar a região do Litoral Norte gaúcho, no momento em que se percebe que o espaço é prévio ao território e que o último é elaborado pelos sujeitos que nele interagem. A região litorânea do RS é uma região na qual se encontram problemas sociais em evidência, assim como na maioria das regiões gaúchas, como desemprego, déficit habitacional, entre outros. O que se percebe é que, nos últimos anos, houve um aumento populacional nas regiões costeiras e isso refletiu nos municípios do Litoral Norte gaúcho, visto que de acordo com o CENSO do IBGE de 2010, dos dez municípios gaúchos que mais aumentaram em termos populacionais, seis deles estão localizados no Litoral Norte (CENSO, 2010).



Houve, também, um dimensionamento da importância de grupos que historicamente foram alijados de seus direitos e da história como um todo. Pode-se citar como exemplo os/as agricultores/as familiares e os/as pescadores/as¹, os quais contribuem para a manutenção da vida no planeta, com destaque para a produção de alimentos. Nesse sujeito (pescadores/as artesanais) é que se busca construir essa reflexão, entendendo a importância do conhecimento que é produzido por ele/a, bem como a sua visão de mundo.

Os/as pescadores/as, nas suas práticas (re)produzem uma maneira de vivência que objetiva a autonomia, considerando a sua própria história de vida e as relações sociais nas quais encontram-se inseridos/as, permeadas por diferentes contradições e que são inerentes à condição humana. Saliente-se que a relação destes sujeitos com a natureza, por meio do seu trabalho, torna-se um eixo fundante de sua existência e isso torna os/as pescadores/as sujeitos da sua própria vivência.

Sendo assim, o presente capítulo busca analisar a inserção de pescadores/as artesanais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na educação formal e de que maneira se dá a relação existente entre o saber produzido por estes sujeitos e o saber acadêmico científico formal.

O problema da pesquisa assenta-se nos seguintes elementos: a) a existência de uma população de pescadores/as artesanais no Litoral Norte; b) o saber popular como complementar ao saber científico; e c) educação formal a partir de escolas urbanas. Diante disso, a questão norteadora do presente estudo é: como se dá a inserção de pescadores/as artesanais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na educação formal?

O objetivo geral do presente estudo é compreender a inserção de pescadores/as artesanais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na educação formal.

Os objetivos específicos são a) caracterizar a formação histórica da região do Litoral Norte Gaúcho; b) apresentar a educação popular enquanto catalisadora para o desenvolvimento regional; c) identificar possibilidades de complementação entre educação popular e educação formal.

Para alcançar-se os objetivos supra descritos a pesquisa utilizará como método de abordagem dialético. O método dialético não abarca apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca (GIL, 1999).

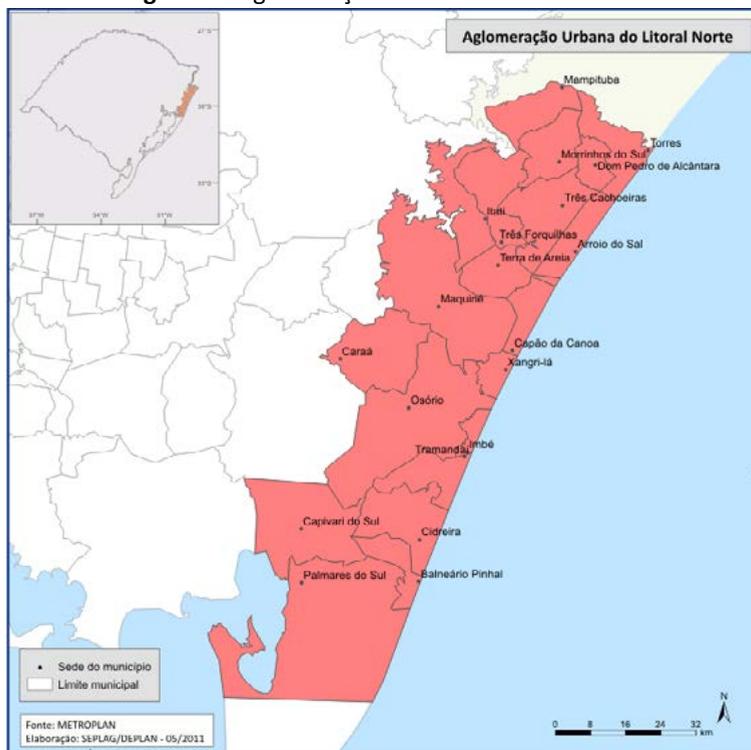
1 Utilizar-se-á ao longo deste capítulo a expressão sempre acrescida de gênero feminino, nesse caso pescadores/as, por compreender-se a importância de se fazer aparecer o gênero feminino na categoria pescador, tirando a mulher pescadora da sombra do companheiro/marido/pai, resquícios e marcas de uma sociedade marcadamente patriarcal e, por consequência, machista e misógina, como é o caso da sociedade brasileira.

Por fim, a pesquisa será qualitativa e descritiva, embora possam ser utilizados dados quantitativos, mormente dados relacionados à situação social e econômica do objeto estudado. Ademais, o estudo apoiar-se-á em referencial bibliográfico para a definição de conceitos relativos à temática.

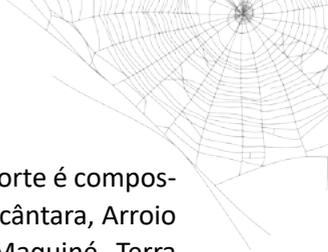
CONTEXTUALIZANDO O LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E A EDUCAÇÃO POPULAR

Cada região envolve um determinado espaço, que é dotado de características naturais específicas e é moldada conforme a realização da sua formação histórica e social. A partir destas características surge a sua identidade. Os municípios da região do Litoral Norte gaúcho integram a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, regulamentada pela lei complementar estadual do Rio Grande do Sul n. 12.100, de 27 de maio de 2004 (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Figura 1 – Aglomeração Urbana do Litoral Norte



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2011).



Como visto na figura 1, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte é composta pelos seguintes municípios: Torres, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Itati, Maquiné, Terra de Areia, Capão da Canoa, Xangri-Lá, Imbé, Osório, Tramandaí, Cidreira, Balneário Pinhal, Palmares do Sul, Capivari do Sul e Caraá (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A região do Litoral Norte do RS é marcada pelo turismo e, mais recentemente, por ofertar produtos imobiliários diferenciados, no caso, os condomínios horizontais fechados. Estes têm sido responsáveis por ofertar uma grande quantidade de empregos na região, principalmente no ramo da construção civil (SOUZA, 2013). Numa região marcada por uma cultura como a da construção civil, que historicamente vem permitindo a inserção de incorporadoras de capital internacional, tem-se que não há diálogo com a diversidade populacional e cultural da região. Ocorre que a região não passa de um mero espaço gerador de riquezas e reprodutor do capital.

Porém, mesmo esse contexto tão árido de monopolização do território por parte da construção civil, existe a possibilidade de se constituir/construir um tecido social formado por pescadores/as artesanais, mostrando que há como desenvolver resistências. Para tanto importa observar de que forma o saber que estes sujeitos produzem, é valorizado e analisado, especialmente quando entram em contato com a educação formal.

Na literatura a abordagem mais comum acerca da temática envolve a construção do imaginário acerca dos/as pescadores/as, ou a sua relação com a educação ambiental, de modo com que a educação popular, o conhecimento produzido por estes sujeitos é deixado de lado ou não é alvo de estudos acadêmicos.

Embora a Educação Popular tenha marcado a história brasileira, entende-se que ela não se apresenta como um processo isolado, mas sim fazendo parte do todo. Assim, de acordo com Pereira e Feldmann (2015, p. 14):

A discussão sobre episteme é uma questão de fundamental importância para a educação popular, principalmente porque essa seria uma das contribuições que ela poderia desenvolver para o fortalecimento das lutas localizadas na sociedade contemporânea e para a emancipação humana e social. [...] Nesse sentido, romper com uma episteme hegemônica e reivindicar outras formas de conhecer como legítimas é fazer uma opção política na qual o povo é situado na condição de sujeito. [...] Outra questão que nos dá sustentação para discutir uma ruptura epistêmica diz respeito às mudanças nas relações sociais de trabalho.

São muitos os dilemas que atravessam a Educação Popular, mas ao mesmo tempo ela pode apresentar-se enquanto alternativa pedagógica. No Brasil, Viola e Albuquerque (2015, p. 89) afirmam que

Ainda em plena ditadura, mas já no período de “abertura lenta e gradual”, os educadores brasileiros começavam a reencontrar o direito de pensar em uma pedagogia do diálogo, reviam possibilidades de recuperar as experiências de educação popular, percebiam que o ato de educar vai além da formação de profissionais úteis e disciplinados para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, a Educação Popular está intimamente ligada aos movimentos sociais e aos educativos populares, os quais agem para além do espaço oficial educativo e se relacionam, se misturam com diversas culturas em diferentes espaços periféricos, os quais podem ser urbanos ou rurais, apoiados, muitas vezes, por organizações religiosas e sindicais (VERGÜTZ e CAVALCANTE, 2014).

Assim, partindo do pressuposto que o saber popular e o saber acadêmico não são antagônicos, mas sim complementares, pretende-se compreender o saber produzido nas comunidades de pescadores/as do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e a sua relação com a escola, com a educação formal. Notadamente em Capão da Canoa, os filhos e filhas de pescadores/as estudam em escolas urbanas. Logo, pretende-se analisar os/as pescadores/as artesanais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e sua inserção na educação formal e de que forma se estabelece a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento produzido na própria comunidade.

Os municípios do Litoral Norte são marcados por um expressivo crescimento populacional, taxa de urbanização e grande número de condomínios horizontais fechados, estes últimos influenciam significativamente na dinâmica dos municípios².

De acordo com Garcez e Sánchez-Botero (2005, p. 19),

Foi estimada, no Rio Grande do Sul, a existência de 12.201 pescadores artesanais, que atuam e dependem da pesca como principal atividade econômica, sendo 8.841 legalmente documentados, ou seja, possuem carteira profissional emitida pelos órgãos competentes: IBAMA ou Ministério da Agricultura, e 3.360 não legalizados [...]. Foi notificado em diversos municí-

² Para saber mais sobre a temática, é possível acessar a dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional de Mariana Barbosa de Souza, intitulada “Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais.” Disponível em: <http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/509>.

pios que carteiras profissionais estavam em processo de encaminhamento para o Ministério da Agricultura.

Especificamente no Litoral Norte são 1.460 pescadores/as profissionais artesanais e 160 pescadores/as artesanais sem documentação (GARCEZ e SÁNCHEZ-BOTERO, 2005, p. 20). Esta realidade aponta que os Povos do Mar merecem maior atenção, sobretudo ante o Estado da Arte da temática. As pesquisas existentes analisam os/as pescadores/as enquanto movimento de resistência no meio urbano, ou ainda a partir de olhar relacionado com a educação ambiental, como é o caso da tese de doutorado de Pereira (2015) e a dissertação de mestrado de Oliveira (2008).

Assim, demonstra-se o ineditismo do presente tema, visto que não existem estudos que investiguem a inserção de pescadores/as artesanais na educação formal, notadamente no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Outrossim, pretende-se contribuir para o avanço dos estudos nos campos da Educação Popular e dos Povos do Mar, visto que essa temática ainda não foi esgotada em termos de pesquisa, especialmente ao relacionar-se Saber Popular dos/as Pescadores/as ao saber formal.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tem ocorrido, nos últimos anos, intensa transformação das cidades pequenas e médias do Brasil, se antes somente as metrópoles eram alvo de estudos, hoje estes concentram-se também em pequenas e médias cidades. O Litoral Norte gaúcho é uma região em que muitos habitantes vivem e trabalham na pesca ou em atividades relacionadas a ela, como o artesanato com escamas de peixes e o comércio alimentício. Portanto, há ainda um tecido social que pratica outras culturas e se organiza de formas diversas, num território em que os grandes empreendimentos imobiliários (condomínios horizontais fechados) têm exercido domínio.

Nesse contexto, suscita-se a construção histórica dos saberes dos/as pescadores/as artesanais, com o saber inter e intrageracional, porquanto a grande maioria dos/as pescadores/as vão reproduzir técnicas e tecnologias de trabalho que aprenderam com seus antepassados, tornando o saber fazer dessas pessoas ainda mais importante, justo porque resulta da necessidade histórica de sobreviver. Um saber tão pouco valorizado ao longo dos tempos que passa a ter uma importância substancial, mesmo para uma ciência “de quatro paredes”, horizontal e colaborativa de homens e mulheres simples, com pouca instrução escolar, nesse novo paradigma de constituição do que Boaventura de Sousa Santos chama de “Ecologia de Saberes” (SANTOS e MENESES, 2015, 30).

Para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim. Estes, como sujeitos desta definição, necessariamente a si mesmos se classificam como aqueles que sabem. Absolutizando a ignorância dos outros, na melhor das hipóteses relativizam a sua própria ignorância (FREIRE, 1983, p. 30).

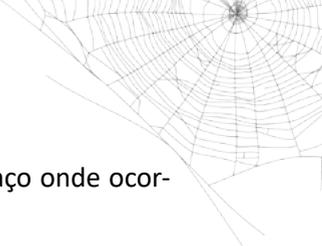
Além de que, o reconhecimento dos acadêmicos brasileiros, mediante diferentes estudos e perspectivas e, principalmente, de interpretações que busquem contribuir com a emancipação dos Povos do Mar, vem estabelecendo compreensões comprometidas com a alteridade (LÉVINAS, 2005). Em outras palavras, veem outras possibilidades de mudanças sociais, respeitando as particularidades de cada gente, permitindo desconstruir verdades absolutas e que possuem um viés hegemônico, de que determinada região pertence a algum grupo econômico ou que se subordina a uma específica forma de produção e reprodução da vida, como acontece em alguns casos com os agricultores familiares inseridos em regiões de agronegócio, somente para fazer-se uma comparação.

Assim, a perspectiva da abordagem da educação popular, em torno dos pescadores/as artesanais do Litoral Norte do RS, apresenta-se como uma tarefa desafiadora, diante de todo o contexto que se apresenta nessa região tão marcada pela construção civil, condomínios horizontais fechados, períodos sazonais e suas implicações. Destaque-se, também, que mais recentemente o Ministério da Pesca foi desmantelado pelo atual governo federal, o que certamente implicou em maiores dificuldades aos pescadores/as.

Outrossim, importa destacar que alguns conceitos merecem destaque a fim de introduzir-se o tema. Dentre os principais conceitos busca-se destacar o de território e região.

TERRITÓRIO

Durante o século XX, o conceito de território confundia-se com o conceito de espaço e este último era definido como palco em que ocorriam as ações humanas. Na medida em que se aprofundou o conhecimento acerca tema, evidenciou-se outro conceito. Na virada dos séculos XX e XXI passou-se a conceituar território, propriamente dito, como espaço apropriado, moldado, usado. Território não é mais um palco, mas sim o próprio espaço em que ocorrem as ações humanas. Ainda, esta nova conceituação passa a importar-se com sustentabilidade e qualidade de vida, atrelada, ainda, ao conceito de desenvolvimento regional (SANTOS, 1996). Desta



forma, percebe-se que o território pode ser considerado como espaço onde ocorrem as relações sociais, com características de cada local.

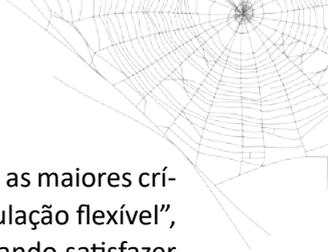
Milton Santos (1996) afirma que território usado é tanto resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tem-se que território é um conjunto, no qual atores tentam resolver um problema comum em um determinado espaço.

Por outro lado, as divisões do trabalho influenciaram o próprio conceito de território. O processo de acumulação fordista influenciou na sociedade contemporânea de modo considerável. No início, Henry Ford recebeu auxílio de Taylor, o qual foi responsável por dinamizar a produção. Cronometrando os operários ele alterou a forma de produção, a fim de que a mesma fosse mais rentável. O taylorismo tratava da “produção máxima” de cada operário e da otimização do trabalho. A matéria-prima utilizada na acumulação fordista era a fossilista (carvão, petróleo e gás natural).

A acumulação fordista acabou por difundir uma territorialização fundada em si. O desenvolvimento era tido como sinonímia de urbanização e de industrialização, fazendo surgir na sociedade necessidades antes inexistentes, o que acabou por modificá-la, tanto de forma social, como também de forma econômica. Com o surgimento do fordismo novas necessidades foram aparecendo, ascendendo assim, a sociedade de consumo, a qual ansiava por novos produtos que sanassem suas dificuldades diárias. Embora a mão de obra fosse consideravelmente explorada, os trabalhadores não se deixaram oprimir e engajaram-se sindicalmente, conquistando diversos direitos trabalhistas, dentre eles, o direito a férias.

O sistema capitalista apresenta como principais características desta etapa a produção em massa e as características de cunho social e de cunho territorial. A sociedade sucumbiu ao materialismo como guia e único modo de alcançar uma vida de qualidade. Isso gerou um consumismo descomedido o que garantiu a demanda pelos produtos manufaturados que eram produzidos na época (início do século XX). De forma territorial, o fordismo espalhou-se pelo mundo de maneira homogeneizadora. Há que se destacar, também, que em detrimento da alta necessidade de mão de obra na indústria, houve uma migração da área rural para a área urbana, fazendo com que conglomerados nascessem no entorno das fábricas.

O que se altera para a acumulação flexível é que a acumulação pesada do fordismo entra em crise, tendo em vista que a sociedade demanda produtos diferenciados que atendam necessidades específicas, fazendo com que as indústrias grandes se dividissem em unidades menores, surgindo a terceirização. Conseqüentemente, há um processo de desconcentração espacial. Nesse sentido Benko (1999) afirma que surgem novas ideias sobre como produzir e sobre o que é



desenvolvimento. No tocante à produção, Harvey (1992) declara que as maiores críticas estão no modelo rígido fordista, razão pela qual surge a “acumulação flexível”, fundamentada na produção de qualidade e em pequena escala, visando satisfazer a demanda.

A nova categorização internacional do trabalho, que se deu em razão do aumento tecnológico relaciona os espaços por intercessão dos fixos (SANTOS, 1996), gerando uma enorme condição de troca de informações – fluxos – o que de certa forma modificou a lógica antagônica de homogeneização do sistema de produção fordista. Pode-se ver a mudança de indústrias, antes fixadas em países centrais, transferindo-se para países periféricos, objetivando o aumento dos lucros por meio de mão de obra mais barata e desestruturada sindicalmente, bem como uma legislação branda em termos trabalhistas e ambientais, dentre outras condicionantes. Ainda, com a tecnologia, em alguns setores, os profissionais não precisam nem mesmo encontrar-se fisicamente no local de trabalho. Outro aspecto salutar a ser apontado é que com a tecnologia, a mão de obra humana fora substituída, parcialmente, por máquinas.

Entretanto, há que se dizer que o caráter de homogeneização do capitalismo somente como meio de produção gera algum tipo de padronização, entretanto socialmente e territorialmente não. O que ocasiona é o aprofundamento das distinções espaciais. Para Santos (1996), a inserção de grandes indústrias em determinados espaços, apenas abranda as diferenças, porquanto estas acabam sendo privilegiadas com mais fixos, a fim de obter a reprodução de tais empreendimentos capitalistas.

Destarte, o regime de acumulação ainda existe. Na medida em que o capitalismo é cíclico, havendo alguma crise, o próprio sistema cria uma solução para o problema. Entretanto, os objetivos capitalistas continuam sendo os mesmos, quais sejam extração da mais valia e concentração do lucro.

Dessa forma, antes os antagonismos do processo capitalista tratados até então, autores como Corrêa (1997) e Santos (1996) tratam o novo significado de território atrelado à região, citando-o de forma essencial quando há debate em torno do que é desenvolvimento regional.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Corrêa (1997) declara que o termo região, oriundo do latim, se refere à unidade político-regional, interligada com governar – conotação eminentemente política. Para o autor, conceitualmente região é uma classe de área, isto é, um

conjunto de área, como municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos. Em torno de 1970 estabelece-se um pluralismo conceitual acerca do conceito de região entre os geógrafos. Nesta época, surge o conceito de região como uma resposta aos processos capitalistas. Trata-se de regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos.

Entretanto, a região como meio para interações sociais constitui-se no período pós-1970. Trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas (Raffestin, 1993, é um dos precursores deste conceito). Os conceitos de região que surgiram após 1970 têm em comum o fato de estarem apoiados na ideia de persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a ideia de homogeneização do mundo.

Importante salientar que a globalização torna, ainda mais, complexa a fragmentação articulada da superfície terrestre. A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. O capitalismo criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes. Este processo de fragmentação capitalista, a partir do pós-guerra, deu-se de forma acelerada.

Outrossim, regionalizar o espaço geográfico é dividi-lo em regiões, levando em conta as diferenças paisagísticas e a organização socioeconômica das diversas áreas. É possível regionalizar espaços geográficos grandes ou pequenos. Pode-se regionalizar um bairro, dividindo-o em áreas residenciais, industriais e comerciais. Pode-se também dividir o mundo inteiro, identificando, por exemplo, regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Importante salientar que as regiões não são eternas, logo tal processo de regionalização é contínuo. Lencioni (2001) afirma que não existe uma forma pré-determinada de regionalização, *a priori*, mas sim diversas formas de regionalização.

Santos (1996) assevera que as divisões do espaço sugerem dois seguimentos, quais sejam: as horizontalidades e as verticalidades. As primeiras sugerem que existem seguimentos formados a partir de pontos que se agregam sem continuidade, como na definição tradicional de região. As segundas sugerem pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade. Ainda, o autor trata a conexão de espaços longínquos geograficamente por meio de pontos descontínuos no território (nós), os quais são interligados formando redes que geram dependências de alguns lugares sobre outros de forma vertical. Sendo que disposições com resultados regionais são definidas de “cima para baixo”, em

locais alheios. A união vertical ocasiona a desordem espacial e sobrevive somente às custas de normas rígidas e, os vetores de modernização são entrópicos.

Noutro prisma, o mesmo autor menciona a necessidade de tratar-se das horizontalidades que são opostas às verticalidades. São ações que envolvem o espaço de forma horizontal regionalmente, oferecendo ao território construído socialmente pelo homem, o qual interagiu com o meio ambiente, a sua inserção em primeiro plano, estimando suas especificidades (SANTOS, 1996).

Por fim, cabe salientar que as regiões podem fortalecer-se horizontalmente, dando ênfase às suas particularidades e potencialidades e, conseqüentemente, mediante a criação de ações constituídas, elaborar uma base de vida que amplie a coesão do interesse civil, a serviço do interesse coletivo, do bem comum.

No que tange à ciência regional, esta surgiu no pós-guerra, tendo uma abordagem disciplinar. A homogeneização das economias espaciais (Keynes) torna-se prioritária nos países desenvolvidos, assim, nasce o ordenamento do território. Tal ordenamento, obviamente, se dá a partir de uma lógica. A ciência regional estuda, principalmente, a interação urbana no território, com ênfase nas abordagens quantitativas. A evolução da noção de região no século XX fez os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida.

Importante salientar que a descaracterização do período fordista faz com que as empresas, antes multinacionais, desdobrem-se em redes. Cada “nó” da rede está onde é mais produtivo. A estrutura social das novas comunidades reflete e reforça a divisão do trabalho no sistema produtivo. Estes autores afirmam que o mau funcionamento dos países periféricos é o “não-alcançar” os países externos. Para tanto, seria necessário aumentar os investimentos em setores estratégicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, cumpre destacar que o aporte metodológico que guiou o presente capítulo, para buscar interpretar essa realidade, na qual estão inseridos os/as pescadores/as do Litoral Norte, tem como pano de fundo o método dialético materialista. A abordagem dialética, segundo Gil (1999), envolve alguns princípios: 1) Princípio da unidade e luta dos contrários. Os fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos; 2) Princípio da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas. Quantidade e qualidade são características inerentes a todos os objetos e fenômenos, e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento,

as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas; e 3) Princípio da negação da negação. O desenvolvimento processa-se em espiral, isto é, suas fases repetem-se, mas em nível superior. Do exposto deduz-se que o método dialético é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma.

Diante disso, parte-se do pressuposto de que os saberes produzidos pelos/as pescadores/as são resultado do processo histórico de formação e organização do território nessa região, bem como refletem as condições e contradições inerentes ao processo de reprodução do capital. O método de abordagem adotado está estruturado num sistema de conceitos articulados como o de espaço geográfico e território usado proposto por Milton Santos (1996). Este sistema de conceitos orientou a reflexão teórica de modo a poder responder a questão investigativa proposta, bem como alcançar o atingimento dos seus objetivos específicos.

A partir dessas considerações, afirma-se que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pela Educação Popular no Brasil, sobretudo porque ela apresenta-se enquanto um movimento de denúncia, de resistência e de manutenção da memória das comunidades tradicionais brasileiras.

Após apresentar os conceitos de território, região e regionalização e sua construção sob a influência direta do capitalismo e de políticas neoliberais, tem-se que, a partir das considerações de Freire (2000), que a Educação Popular tem muito para contribuir com a sociedade e seu desenvolvimento, sobretudo, porque detém uma metodologia única, de luta e de resistência das comunidades populares, que muitas vezes são invisibilizadas diante do jogo de poder perverso do capitalismo. Seu grande diferencial está na capacidade de resiliência, visto que, mesmo após diversas tentativas de desmantelamento dos movimentos sociais, a Educação Popular permanece e resiste, a sua militância vive.

No que diz respeito à inserção de pescadores/as na educação formal, tem-se que os conhecimentos produzidos por suas comunidades, são desvalorizados pela escola tradicional, quando não os são ignorados por completo. Existe uma prevalência do conhecimento científico e uma ignorância ao pensar-se que ele é absoluto. Enfatiza-se o fato que o saber científico e o saber popular são complementares e não contrários.

Por fim, os desafios para pensar-se o desenvolvimento regional e a Educação Popular, no Brasil são muitos. Pensar a elaboração das políticas públicas a partir da própria realidade do país, ao invés de importar modelos é uma tarefa a ser considerada. É preciso, também, avançar a pesquisa para compreender melhor essas experiências.



REFERÊNCIAS

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRASIL. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. *In*: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

_____. **Política e Educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, 27 (1): 17-29, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. *In*: HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LENCIONI, S. Região e Geografia – a noção de região no pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

LÉVINAS, E. **Entre Nós. Ensaio sobre alteridade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

OLIVEIRA, C. T. de. **Pescadores de sonhos e esperanças: experiências em educação ambiental com trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel**, Rio Grande-RS. 01/03/2008 175 f. Mestrado em Educação Ambiental – Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. Biblioteca Depositária: NID e Biblioteca Setorial Sala Verde “Judith Cortesão”.

PEREIRA, A. L. N.; FELDMANN, M. G. Educação popular na contemporaneidade: outras possibilidades. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 10-20, jul./dez. 2015.

PEREIRA, P. J. **Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano em maceió**: a resistência da Vila de Pescadores de Jaraguá. 25/11/2015 356 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unicamp.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Lei complementar n. 12, de 27 de maio de 2004. Institui a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, dispõe sobre a gestão regional e dá outras providências. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 27 mai. 2004. Disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_do_Rio_Grande_do_Sul_121000_de_2004>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Atlas socioeconômico do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Introducción**: las epistemologías del Sur. Madrid: Akal, 2015.

SOUZA, M. B. D. **Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul**: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais. 2013. 119 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/509>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

VIOLA, S. E. A.; ALBUQUERQUE, P. P. de. Ditadura e educação, conexões a serem ressignificadas. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 78-96, jul./out. 2015.

VERGÜTZ, C. L. B.; CAVALCANTE, L. O. H. As aprendizagens na pedagogia da alternância e na educação do campo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 371-390, jul./dez. 2014.